

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 94

Data: 1 de agosto de 1985

Pg.: _____

4468

(Lucio Flavio Pinto)

A maioria de Carajás (2)

É preciso pensar grande sobre Carajás. Mas isso não significa que é preciso criar gigantes projetos para explorar seus abundantes recursos. Pensar grande sobre Carajás quer dizer raciocinar contemporaneamente, pensando na globalidade dos eventos e no maior grau possível de integração que a eles se possa dar.

Esta visão da ação econômica não existe por trás do Programa Grande Carajás, criado para utilizar o Projeto Ferro Carajás, de responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce, como indutor e reproduzidor de múltiplos investimentos possíveis na área de jurisdição do programa. O tratamento ainda é varejista e o governo intervém como suplementador de decisões das quais não é propriamente o agente.

A CVRD assumiu sozinha o empreendimento mais oneroso e menos rentável de quantos podem ser executados em Carajás. Foi uma opção deliberada da empresa, coisa do interesse de sustentar a posição de maior vendedora interoceânica de minério de ferro do mundo. O ferro de Carajás, o melhor que se pode encontrar no planeta, teria que estar em condições de embarque no momento em que as jazidas do quadrilátero de Minas Gerais começassem a ser insuficientes para sustentar a polêmica hegemonia de que a Vale desfruta.

A capacidade da empresa de cumprir e até mesmo antecipar o cronograma, ao mesmo tempo em que reduz despesas orçadas, já foi suficientemente louvada nas reportagens que marcaram a inauguração da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira. Não deixa de ser um registro inusual no panorama das empresas públicas. Mais relevantes para o debate, porém, seriam outros temas relacionados ao Projeto Ferro.

Um deles é a insistência em exportar matéria-prima. Carajás cederá aos compradores um produto com o dobro de riqueza do produto "standard" comercializado atualmente no mercado. O preço de venda, no

entanto, será o mesmo. Muito bom para o comprador, que terá rendimento dobrado. É o preço que a CVRD tem que pagar para conquistar mercado para o novo minério, cujo elevado teor pode até representar problemas tecnológicos para as siderurgias, dizem.

A demais — costumam repetir os técnicos da Vale — só o minério já medido é capaz de suportar 400 anos de exploração intensiva. O ferro existe em todos os continentes, em aglomerações por parte. Por que não vendê-lo? Ainda mais que há a possibilidade de redução acentuada no seu uso, no futuro, com o aparecimento de sucedâneos mais competitivos. Vendido em grande volume, ferro gera muita dívida. Sem ele, como conseguir os 700 milhões de dólares que ele pode gerar?

A argumentação tem peso, se relativizada. É preciso considerar a escala do projeto. Carajás pode vir a exportar 35 ou 50 milhões de toneladas anuais. Vai reforçar a pressão da oferta em um mercado já francamente favorável ao comprador. Não poderia o governo brasileiro tentar mais seriamente um acerto com os demais países produtores, abandonando — mesmo que experimentalmente — o isolacionismo auto-suficiente da CVRD? É uma hipótese para ser testada como alternativa à prática corrente de só agir diretamente com os compradores, negociando caso a caso.

Há uma outra questão ainda irrespondida: Carajás não podia escapar ao grau de endividamento externo e interno que acabou apresentando? É aceitável que de cada 20 dólares obtido com a exportação do minério, nove dólares tenham que ser separados para abater o custo financeiro?

É uma pergunta importante agora que em determinados setores da administração pública se faz uma revisão mais séria da orgia do endividamento. Talvez uma ação mais planejada e maturada possibilitasse

desencadear projetos múltiplos, integrados, em que a solidão da mineração do ferro não pudesse ser interpretada como uma forma de liberar os negócios mais rentáveis para o leilão do mercado, no qual as corporações estrangeiras têm o maior poder de lance.

Se começar com o ferro é a opção necessária para viabilizar os demais aproveitamentos econômicos, também neste segundo capítulo — o das indústrias intermediárias entre a simples extração e o beneficiamento final — o comando do processo continua a ser precário, parcial, estreito. As usinas de ferro-gusa, por exemplo, estão se instalando exclusivamente conforme suas conveniências, que podem não ser coerentes com as determinações de um planejamento governamental, visando ao interesse público. A mecânica é predatória.

As sete usinas vão precisar de 200 mil toneladas de carvão vegetal por ano. Em oito anos, segundo o cálculo dos técnicos, consumirão 200 mil hectares de floresta. Este carvão virá da mata nativa, que a natureza levou dezenas ou centenas de anos para formar. Não existe nenhum projeto de reflorestamento para a produção de carvão. Ainda que existisse, as autoridades deveriam obrigá-lo a instalar-se em áreas degradadas ou de mata aberta, sob determinadas condições, que exigiriam pesquisa prévia.

Obter carvão da mata natural é o meio mais barato que existe, desde que o produtor não seja obrigado a reflorestar a terra. Até agora, ninguém falou nesta tarefa, nem se preocupou com o grave problema que se avizinha. Provavelmente todos preferirão dizer que carvoejar a floresta criará 10 mil empregos diretos, contra os mil que as usinas oferecerão. Ter que optar entre alternativas amargas e cruéis é o destino que querem continuar nos impondo. Já é hora de buscar escolha melhor.